UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE PONTA PORÃ
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODRIGO MENEZES GRANCE

O PLANO DE METAS DO GOVERNO JK: UM RETRATO DAS METAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

PONTA PORÃ
2021

O PLANO DE METAS DO GOVERNO JK: UM RETRATO DAS METAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a banca examinadora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, campus de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas sob orientação da Prof.ª Dra. Laís Fernanda de Azevedo.

PONTA PORÃ

2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 5
2. ESTADO DESENVOLVIMENTISTA 5
3. PLANEJAMENTO E O PLANO DE METAS DE JK 8
4. ASPECTOS SOBRE A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NO PLANO DE METAS 15
4.1 SITUAÇÃO BRASILEIRA EM 1956 15
4.2 PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA 17
4.3 METAS PROPOSTAS E RESULTADOS 18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 21
6. REFERÊNCIAS 21

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo resgatar o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek com o retrato mais detalhado dos objetivos alcançados para o setor agrícola. Em termos de agricultura, a proposta do governo JK visou atender a dois setores principais: exportação e abastecimento interno. As reformas agrícolas incluíram a melhoria dos métodos agrícolas, a disseminação de técnicas agrícolas sólidas e a aplicação do conhecimento baseado na ciência do solo e na agronomia moderna. Esses fatores contribuíram para a transformação desse setor do país, tornando o país hoje um dos maiores produtores de bens do mundo, contribuindo significativamente para o PIB nacional.

Palavras chave: Plano de Metas, Juscelino Kubitschek. Setor Agrícola

ABSTRACT: This work aimed to rescue Juscelino Kubitschek's Plano de Metas with a more detailed portrait of the objectives achieved for the agricultural sector. In terms of agriculture, the JK government's proposal aimed to serve two main sectors: export and domestic supply. Agricultural reforms included improving farming methods, disseminating sound farming techniques, and applying knowledge based on soil science and modern agronomy. These factors contributed to the transformation of this sector of the country, making the country today one of the largest producers of goods in the world, contributing significantly to the national GDP.

Keywords: Plano de Metas, Juscelino Kubitschek. Agricultural sector

1. INTRODUÇÃO

Em meados dos anos 50 o Brasil passava por um grande processo de transição, período que foi marcado especialmente pelo fim da segunda guerra mundial anos anteriormente, onde os países vencedores estavam se reestruturando, com uma crescente econômica. No Brasil o CMBEU (Comitê Misto Brasil – Estados Unidos) deu início a uma gama de estudos que investigavam os pontos de estrangulamento na economia brasileira, estudos estes que serviram de base para o que depois frente seria chamado de Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek.

JK vislumbrava a economia nacional como uma potência de progresso, com um slogan desafiador de "50 anos em 5", buscou pontuar com maiores detalhes as áreas que precisavam de investimento no curto prazo, áreas essas que eram vistas como primordiais para o desenvolvimento nacional, este planejamento era subdividido em cinco categorias de prioridades: energia, transportes, alimentação, indústrias básicas e educação.

O setor de alimentação que apesar de ser o menor em termos percentuais de investimento, teve papel fundamental para a transformação da agricultura no país, abrangendo desde o modo de aperfeiçoamento de solo, o manejo, até o armazenamento. Trazendo assim uma grande contribuição para a economia nacional dos dias atuais, fato de a produção agrícola no Brasil ser uma das principais responsáveis pelos valores da balança comercial do país. Assim, o objetivo deste trabalho é resgatar o Plano de Metas com o retrato mais detalhado dos objetivos alcançados para o setor agrícola.

Para tanto, esse trabalho divide-se em cinco seções além desta introdução. Primeiro, aborda-se o papel do estado e a visão do JK na promoção do desenvolvimento. Depois, apresenta-se uma síntese do Plano de Metas. Na quarta seção, faz-se uma análise mais detalhada dos objetivos do Plano quanto ao setor agrícola. Por fim são colocadas algumas considerações finais.

2. ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

O Estado desenvolvimentista parte do ponto de vista da política econômica e tem origem na manifestação do pensamento econômico latino-americano. As especificidades das economias latino-americanas possibilitaram o surgimento de ideias que embasaram a proposta de um novo modelo de desenvolvimento, que viria a ser adotado em diversos

países do subcontinente a partir da década de 1930. Trata-se de um projeto nacional com políticas de investimento que visam a superação da condição de atraso dos procesos do sistema de produção com vistas ao desenvolvimento econômico e, de certo ponto, também social (FONSECA, 2015)

Como fenômeno histórico, Fonseca e Salomão (2017) aponta o desenvolvimentismo como uma resposta da necessidade histórica dos países superarem o atraso e alcançarem certo grau de desenvolvimento. Para Bresser-Pereira (2011), trata-se de uma "estratégia de desenvolvimento", o que se pressupõe a existência de outras opções aos formuladores da política econômica. No Brasil, este fenômeno se deu sob um processo de construção política e intelectual, diante da realidade de atraso a qual vivia o país, de modo que os governos que assumiram o poder a partir de 1930 não desconheciam o corpo das ideias desenvolvimentistas.

A questão chave para a corrente de pensamento desenvolvimentista é a consciência do atraso e, a partir disso, a elaboração de uma política consciente e deliberada. Não se trata apenas de manifestações nacionalistas, medidas isoladas de crescimento do produto ou intervenções pontuais em defesa da indústria. Mas sim, de um projeto nacional com o objetivo de alcançar determinado grau de desenvolvimento (FONSECA, SALOMÃO, 2017)

> O desafio é delimitar e clarear o que distingue o intervencionismo desenvolvimentista das outras formas de intervenção, embora se entenda que, na prática, eles possam aparecer amalgamados em uma mesma conjuntura histórica. Nesse sentido é que se deve considerar seu intervencionismo como uma atuação bastante peculiar, uma vez que sua razão de ser é a reversão do subdesenvolvimento (FONSECA, SALOMÃO, 2017, p. 10)

Num esforço para conceituar desenvolvimentismo, Fonseca (2015, p. 40) coloca que:

> entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Assim, pressupõe-se que ação do Estado seja consciente e deliberada, ou seja, que haja um entendimento da situação de subdesenvolvimento e que a partir de uma política planejada, desenvolva-se o setor chave da indústria, de modo que se proporcione transbordamentos dentro da dinâmica econômica, alcançando crescimento e superação das mazelas sociais.

O Brasil experimentou governos desenvolvimentistas ao longo de sua história, com os governos Vargas I e II, Juscelino Kubitscheck e João Goulart. De todos estes, JK possuía o Plano de desenvolvimento com metas mais claras e ações conscientes do papel do Estado neste processo, desde seus discursos até a execução das políticas de implementação e acompanhamento. A ideia de estabelecer metas claras envolvia permitir o foco em setores importantes como prioridades para o desenvolvimento, pois eram vistas como pontos de estrangulamento para a economia. Estes aspectos podem ser verificados na primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 1956.

> Para o desenvolvimento econômico do Brasil ser promovido, o estado deve prestar assistência contínua e efetiva às necessidades da produção, aos empresários e trabalhadores nacionais. Além da diversidade e irregularidade do ambiente econômico, que não poderá se expandir se não for controlado, nem poderá vencer a concorrência internacional com capital escasso, e recursos tecnológicos iniciais (KUBITSCHECK, 1956, p. 274).

O governo defendia que era fundamental a presença do estado na prestação de assistência contínua e efetiva aos empresários e trabalhadores estatais, e simultaneamente promover o desenvolvimento econômico do país e incentivar as instituições de iniciativa privada, além da prática de planejamentos, para que norteiem a economia brasileira rumo à expansão.

> Creio que o desenvolvimento orientado de nossa economia não deve decorrer do propósito único de aumentar o grau de intervenção do Estado, devendo, pelo contrário, substituir a intervenção esporádica e descoordenada pela formulação de um programa orgânico, dentro do qual a inciativa privada conheça as metas gerais que o desenvolvimento econômico exige e os incentivos que o Estado está disposto a proporcionar (KUBITSCHECK, 1956, p. 275).

A consciência do “estado de atraso” da economia brasileira e a necessidade de atuação do estado para superá-lo pode ser visto no trecho:

> Os países retardados são geralmente exportadores de matérias-primas ou produtos primários e importadores produtos industriais. Acontece normalmente que a procura de produtos primários pelos países desenvolvidos cresce com menor intensidade que a de produtos industriais, pelos países subdesenvolvidos, quando em ambos aumenta a renda por habitante. Há uma tendência persistente de desequilíbrio na balança de pagamentos desfavorável aos países subdesenvolvidos que, para ser corrigida, exige a atuação do estado (KUBITSCHECK, 1956, p. 278).

Assim, JK propunha um programa de políticas para a superação das condições de subdesenvolvimento. Inicialmente visava a adoção de um plano nacional de desenvolvimento, no qual se fixasse os objetivos e as condições necessárias, para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio de capital estrangeiro e a eficaz assistência do

estado, pudesse realizar a grande tarefa do progresso e emancipação do Brasil. Não se tratava de um plano global e rígido para a economia nacional, mas um planejamento sistemático de medidas governamentais, metas e indicadores para o setor privado.

> A ideia geral do plano de desenvolvimento é acelerar o processo de formação de riqueza, aumentar a produtividade dos investimentos existentes e aplicar novos investimentos às atividades reprodutivas. O objetivo final do programa é melhorar os padrões de vida da população e abrir oportunidades para um futuro melhor**.** Para atingir esses objetivos, são necessários esforços coordenados entre o governo e o setor privado. O governo deve cumprir metas que vão além do setor privado, bem como a tarefa de criar condições para que os investidores privados prossigam projetos de maior interesse para toda a economia nacional. São três setores básicos onde o plano foi implementado, energia, transporte e alimentação. Um quarto setor, conta com o esforço do setor privado, é o da industrialização de base, que, além de fortalecer a estrutura econômica no longo prazo, visa facilitar melhorias imediatas no balanço de pagamentos, à medida que as indústrias substitutas de importações expandem (KUBITSCHECK, 1956, p. 275).

Nas fases preliminares de elaboração do plano, como método de trabalho, foram identificadas, as metas setoriais a serem alcançadas pelo governo ao longo de um período de cinco anos. Onde foi estabelecido um calendário que no primeiro o ano, o ano de 1956, seria um período de preparação, com estudos minuciosos de projetos, de elaboração legislativa e de decisões administrativas para o acesso ao financiamento que seria fundamental, além de um plano de gastos. Além de controlar a inflação, sendo assim desaconselhável no primeiro ano a expansão imediata de investimentos partindo do governo, somente assim em 1957 tornar se possível os métodos de realização do plano, e nos anos seguintes alcançar o ritmo imprescindível para sua conclusão.

3. PLANEJAMENTO E O PLANO DE METAS DE JK

O governo de Juscelino Kubitschek é, sem dúvida, um exemplo de sucesso na formulação e execução de um planejamento estatal robusto. O instrumental do planejamento estratégico era recente no Brasil, e encontrava no exemplo soviético, com o Plano Quinquenal, uma experiência a ser levada em consideração. No campo ideológico, o viés desenvolvimentista via na industrialização a saída para a condição do subdesenvolvimento. (LACERDA et al, 2010).

Ao contrário do seu antecessor, Getúlio Vargas, JK enfrentava um cenário mais positivo e favorável ao capital externo, conseguindo assim, articular grandes somas de investimentos privados de origem externa e interna, que foram destinados a projetos de infraestrutura, e um enfoque especial à produção de bens de consumo duráveis,

representados pelas áreas da indústria automobilística, construção naval e construção aeronáutica (LACERDA et. al, 2010; AREND, 1997).

De acordo com Arend (1997) apesar do cenário externo positivo a economia interna brasileira contava com alguns problemas herdados pelo governo anterior, dentre elas havia redução nas exportações, uma redução da capacidade de importar, e a existência de déficits fiscais. Na visão de JK o Brasil era muito mais do que um país agrícola, e sim de uma nação que precisava de políticas voltadas para a industrialização, acreditando que o meio de recuperação para a economia era através das vias de desenvolvimento.

O governo se comprometeu então a formular e implementar um plano de desenvolvimento que impulsionaria a industrialização em setores carentes, além de novos serviços públicos, melhorando as condições de vida da população. (AREND, 1997). Lançava-se, assim, o *slogan* "Plano de Metas: 50 anos em 5". Ainda que estivesse numa relação estratégica diplomática mais favorável, a questão do financiamento, nunca deixou de ser uma preocupação do governo. Nas palavras de JK:

> Naquela época, o programa de metas estava estruturado em suas linhas gerias. A cada uma das metas correspondia o investimento, em cruzeiros e em moeda estrangeira, julgado necessário para se alcançar, na data programada, o objetivo visado em cada setor específico, declarando-se quanto possível a fonte de financiamento da inversão [...] Com esse programa inicialmente proposto como ponto de partida, o Conselho do Desenvolvimento iria trabalhar no preparo de relatórios sobre as metas principais, desdobrando-se em projetos individuais a serem executados pelo governo, pela iniciativa privada e por sociedades de economia mista. [...] Pode-se dizer que o programa de metas foi concebido tendo em vista dois objetivos: realizar e também saber como obter os recursos para essas realizações (KUBITSCHEK, 2020, p. 45-46).

A idealização do Plano de Metas, antecede a eleição de JK, e encontra respaldo ainda no Governo Vargas, da elaboração de pesquisas e planejamento para o desenvolvimento (LACERDA et al, 2010). Em 1951, foi criado o Comitê Misto Brasil-Estados Unidos (CMBEU), que delineava projetos econômicos setoriais específicos e formava um conjunto coerente de planos de investimento. Entre os 41 projetos desenvolvidos pelo CMBEU, destacava-se aqueles projetados para resolver os gargalos dos setores de energia e transportes, cujas expansões anteriores não acompanharam expansões em outros setores da economia. O CMBEU também propunha a criação de um banco de desenvolvimento, que daria origem ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, fundado em 1952. O trabalho de planejamento econômico do Brasil - que ganhou força com o trabalho do CMBEU e depois do consórcio CEPAL-BNDE -

se tornou o trabalho permanente da instituição, de Juscelino Kubitschek. Ao longo de 1956, o Conselho de Desenvolvimento ficou encarregado de identificar setores da economia que poderiam crescer se devidamente estimulados. (GIAMBIAGI, VILLELA; 2011).

Após sua posse JK cria o Conselho de Desenvolvimento, com o intuito de elaborar o Plano de Metas. O plano abrangeria 30 setores da economia, com metas traçadas de acordo com os 5 anos do mandato de JK, com iniciativa do setor público conjuntamente com o privado. O plano era subdividido em cinco grandes setores: energia, transportes, alimentação, indústria básicas e educação, além de contar com um projeto da construção da nova capital do país, Brasília. No quesito da infraestrutura o plano era muito bem elaborado, porém no setor agrícola os investimentos previstos em termos percentuais eram baixos, além de uma ênfase pequena, ligada às questões de armazenagem, produção de trigo e mecanização agrícola (AREND, 1997).

> O programa de metas de economia nacional, para ser definido, exige um balanço realista e detalhado dos nossos recursos naturais e dos fatores de produção que poderemos mobilizar em face da conjuntura atual. A definição de cada meta ou grupo de metas implica uma análise dos métodos a serem preferidos e da política a ser seguida, para que possam ser atingidas. Dessa forma, existirão metas quantitativas de produção, ao lado de metas de serviços e metas de organização. Existirão definições de políticas específicas para certos setores econômicos ou sociais (KUBITSCHEK, 1955, p. 24)

Os setores de energia, transporte, siderurgia e refino receberam a maior parte dos investimentos do governo. Foram concedidos subsídios e incentivos para a expansão e diversificação da indústria secundária, que produz equipamentos e insumos de capital intensivo. Para implementar o plano de forma eficaz, especialmente no que diz respeito às responsabilidades do setor privado, foi criado um grupo executivo para reunir representantes públicos e privados para desenvolver conjuntamente políticas aplicáveis às atividades industriais. Os grupos mais famosos e atuantes são os de execução da indústria automobilística (Geia), da construção naval (Geicon), de máquinas agrícolas e rodoviárias (Geimar), de indústria de mecânica pesada (Geimap), de exportação de minério de ferro (Gemf), de armazenagem (Comissão Consultiva de Armazéns e Silos), e de material ferroviário (Geimf). (LACERDA et al, 2010).

O governo JK buscou recursos fora do país, através de financiamento em moeda estrangeira, devido ao alto volume necessário para o cumprimento do plano de metas e da ineficiência de capacidade de geração de recursos dentro da economia brasileira. Além do financiamento o externo o governo foi obrigado a recorrer a emissão de moeda, o que

causou um aumento da inflação no país. Os recursos internos seriam fornecidos pelo orçamento público, empresas privadas e mistas e entidades pública, parte desses recursos, tanto interno como externo, foram administrados pelo BNDE (AREND, 1997). O êxito do plano de metas estava associado a confiança no BNDE e na sua capacidade de financiamento para a execução dos objetivos, mas o mesmo teria que driblar obstáculos, criar fundos para expandir sua capacidade financeira (TAVARES et al., 2007). De acordo com o relatório do Conselho do Desenvolvimento, inicialmente, o BNDE dispunha de cerca de Cr$ 44,2 bilhões, sendo que 80% destes recursos seriam destinados exclusivamente à execução do Plano de Metas, porém, a participação do BNDE, foi maior do que a prevista, haja vista que o governo expandiu a base de recursos do Banco, ao longo da execução do plano (MELO et al, 2009).

De acordo com, Lessa (1982), a política econômica do plano de metas promoveu uma preferência ao capital estrangeiro. Financiando os gastos públicos e privados por meio da ampliação das formas de pagamento e do crédito, por meio de empréstimos do BNDE e pela concessão de garantias para empréstimos no exterior. Além do aumento da participação do Estado na formação de capital e estimulo a acumulação privada. Os repasses de bancos brasileiros estimularam novamente o crédito privado, incluindo empréstimos de curto prazo para capital de giro de empresas, pressionando ainda mais o déficit público. A seguir na tabela 1 apresenta-se as origens dos recursos para as 31 metas de JK.

Tabela 1 -Programa de Metas: Origem dos recursos, em percentual (1957-1961)

Metas	Recursos dos orçamentos públicos incluindo fundos especializados		Recursos privados ou próprios*	Financiamentos públicos **	Total
	Da união	Dos estados			
Energia	**27,14**	**21,79**	**40,26**	**10,81**	**100,00**
1 - Energia Elétrica	28,69	37,76	18,75	14,81	100,00
2 - Energia Nuclear	100,00				100,00
3 - Carvão Mineral	58,11	13,58	28,30		100,00
4 - Petróleo (produção)	22,50		71,61	5,89	100,00
5 - Petróleo (refinação)					
Transportes	**67,75**	**0,32**	**19,39**	**12,54**	**100,00**
6 - Ferrovias - aparelhamento	16,08		52,05	31,87	100,00
7 - Ferrovias - construção	89,76	2,00	1,47	6,78	100,00
8 - Rodovias - pavimentação	100,00				100,00
9 - Rodovias - construção	100,00				100,00

10 - Portos e dragagem	81,15		12,57	6,28	100,00
11 - Marinha Mercante	77,66		10,01	12,33	100,00
12 - Transporte Aeroviário***	83,53		16,47		100,00
Alimentação	**10,03**	**12,47**	**55,32**	**22,19**	**100,00**
13 - Produção agrícola - trigo					
14 - Armazéns e silos	34,78	28,99		36,23	100,00
15 - Armazéns e frigoríficos		18,85	12,60	68,55	100,00
16 - Matadouros industriais		29,00	16,83	54,17	100,00
17 - Mecanização Agrícola			100,00		100,00
18 - Fertilizantes			100,00		
Indústrias de base	**6,06**	**3,82**	**60,22**	**29,90**	**100,00**
19 - Siderúrgica	10,26	12,10	24,14	53,50	100,00
20 - Alumínio			66,22	33,78	100,00
21 - Metais não ferrosos			60,00	40,00	100,00
22 - Cimento			100,00		100,00
23 - Álcalis	23,08			76,92	100,00
24 - Papel e celulose			61,40	38,60	100,00
25 - Borracha			100,00		100,00
26 - Exportação de minério			90,00	40,00	100,00
27 - Indústria automobilística			92,02	7,98	100,00
28 - Construção naval	29,91		51,11	18,98	100,00
29 - Mecânica e Material elétrico pesado			77,57	22,43	100,00
Educação	**100,00**				**100,00**
30 - Formação pessoal	100,00				100,00
TOTAL GERAL	**39,68**	**10,41**	**35,42**	**14,49**	**100,00**

Fonte: Melo et al (2009). Elaborado por Melo et al (2009)
*Inclusive reinversões de empresas estatais ou mistas
**Do BNDE, Banco do Brasil etc
***Subvenções às Cias de Aviação.

Com a organização das fontes de financiamento, a execução e o acompanhamento da consolidação do Plano de Metas, JK conseguiu um feito histórico para o Brasil. No período 1957-1961, o PIB brasileiro teve um crescimento à taxa anual de 8,2%, resultando em um aumento de 5,1% ao ano na renda per capita, sobrepujando o próprio objetivo do Plano de Metas. Esses resultados devem ser atribuídos ao impacto da implementação do programa, embora a previsão do Grupo Misto publicada em 1956 fosse pessimista para o quinquênio iniciado. A avaliação do desempenho do programa também foi positiva na revisão das metas setoriais, que na maioria dos casos foram alcançadas a bons índices em relação às previsões. (LACERDA et al, 2010; GIAMBIGI, VILELLA, 2011).

Quadro 1 - Resultados alcançados pelo Plano de Metas

SETOR	INVESTIMENTO ESTATAL	META	RESULTADOS ATINGIDOS

	PLANEJADO (%)		
ENERGIA	43,40%	1 - Energia Elétrica	A capacidade alcançou 4.770 mil KW; 95,4% da meta.
		2 - Energia Nuclear	Foi construído e inaugurado o reator de Pesquisa do IEA (Instituto de Energia Atômica na USP (Universidade de São Paulo).
		3 - Carvão Mineral	A capacidade alcançou 2.199 mil t/ano; 26,7% da meta.
		4 - Petróleo (produção)	A capacidade alcançou 75.500 barris/dia; 75,5% da meta.
		5 - Petróleo (refinação)	A capacidade alcançou 218 mil barris/dia; 66,7% da meta.
TRANSPORTE	29,60%	6 - Ferrovias - aparelhamento	A capacidade no seu conjunto estimada foi de 76% da meta prevista.
		7 - Ferrovias - construção	A capacidade alcançada foi de 826,5 km; 39,4% da meta.
		8 - Rodovias - pavimentação	A capacidade alcançada foi de 6.202 km, 24% acima da meta.
		9 - Rodovias - construção	A capacidade alcançada foi de 14.970 km, 24,8% acima da meta.
		10 - Portos e dragagem	A capacidade alcançada correspondeu a 56,1% da meta.
		11 - Marinha Mercante	A capacidade atingida no seu conjunto correspondeu a 90,9% da meta.
		12 - Transporte Aeroviário	A capacidade alcançada foi de 13 unidades à frota aérea; 31% da meta.
ALIMENTAÇÃO	3,20%	13 - Produção agrícola - trigo	A capacidade alcançada foi de 370 mil toneladas, ou seja, queda na capacidade produtiva em relação a 1955 que era de 871.000 t.
		14 - Armazéns e silos	A capacidade alcançada foi de 569.233 toneladas; 76,7% da meta
		15 - Armazéns e frigoríficos	A capacidade alcançada foi de 8.014 toneladas; 17,8% da meta
		16 - Matadouros industriais	A capacidade alcançada foi de 2.100 bovinos e 700 suínos; 59,2% e 53,8% da meta respectivamente.
		17 - Mecanização Agrícola	A capacidade alcançada foi de 77.362, em 7,2% acima da meta.
		18 - Fertilizantes	A capacidade alcançada foi de 290 mil toneladas, 141,7% acima da meta
INDÚSTRIA DE BASE	20,40%	19 - Siderúrgica	A capacidade alcançada foi de 2.279 mil toneladas de lingotes, 14% acima da meta.
		20 - Alumínio	A capacidade alcançada foi de 16.573 toneladas, 92,1% da meta.
		21 - Metais não ferrosos	A capacidade alcançada de cobre, chumbo, estanho e níquel foram aumentadas em, respectivamente 203,8%; 147,7%; 143,6% acima da meta.
		22 - Cimento	A capacidade alcançada foi de 4.369.250 toneladas, 87,4% da meta.
		23 - Álcalis	A capacidade alcançada foi de 152 mil toneladas, 100% da meta.
		24 - Papel e celulose	A capacidade alcançada foi de 200.237 t de celulose e 65.760 de papel, sendo respectivamente 77% e 50,6% da meta.

		25 - Borracha	Embora a capacidade alcançada da meta de instalação da capacidade de borracha sintética, a produção foi somente 23.500 t, 2,3% da meta.
		26 - Exportação de minério	A capacidade alcançada foi de 5 milhões de toneladas exportadas, 62,5% da meta
		27 - Indústria automobilística	A capacidade alcançada foi de 199.180 unidades, 17,2% acima da meta
		28 - Construção naval	A capacidade alcançada foi de 158 mil deadweight/ano, 100% da meta
		29 - Mecânica e Material elétrico pesado	A capacidade alcançada foi de 100% o aumento da produção de máquinas e 200% de material elétrico, o último superou a estimativa em mais de 100%
EDUCAÇÃO	3,40%	30 - Formação pessoal	
META SÍNTESE		Construção de Brasília	

Fonte: Franca (2019). Elaborado por Franca (2019)

O Plano de Metas fomentou decisivamente o PSI, especialmente no setor de bens de consumo duráveis, e até mesmo em esferas importantes, como o setor de bens de capital, como máquinas-ferramenta e equipamentos personalizados, especialmente no setor de energia pesada. Entretanto, a forma pela qual se deu o aprofundamento da industrialização o país aumentou sua dependência financeira e tecnológica dos países desenvolvidos, bem como acarretou desequilíbrios no balanço de pagamentos. A partir de 1958, o superávit comercial foi negativo e, a partir de 1957, devido ao acúmulo de investimentos e empréstimos estrangeiros, ocorreu uma nova rodada de deterioração dos termos de troca e os custos dos serviços externos aumentaram. Assim, acumulou-se déficits orçamentários com a consequente aceleração da inflação. (LACERDA et al, 2010; GIAMBIGI, VILELLA, 2011).

Ao fortalecer e complementar diversos setores dos parques produtivos brasileiros, o Plano de Metas contribuiu para a diversificação da indústria brasileira, completando o ciclo de industrialização iniciado na década de 1930. O estreitamento em relação ao capital privado nacional e o internacional mudou o padrão de dependência externa e reverteu a postura nacionalista da era Vargas (REZENDE, 2011). Numa comparação entre os governos, Otávio Ianni (1991) concluiu que Vargas superou a dependência por intermédio da nacionalização das decisões sobre política econômica e JK realizou o desenvolvimento por meio da reelaboração das condições de dependência.

4. ASPECTOS SOBRE A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO NO PLANO DE METAS

Na estrutura de investimentos, o setor da agricultura e alimentação previa o menor volume de investimentos das áreas prioritárias. No entanto, outras áreas, como a do transporte, também visavam impactar diretamente no desempenho e na produtividade do setor agrícola como um todo, uma vez que a distribuição dos alimentos produzidos possuía uma ampla taxa de desperdício (KUBITSCHEK, 1960).

Quando da elaboração das Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento (1955), Kubitschek fez um diagnóstico mais amplo da situação agrária no país. Neste "manual diagnóstico", a chamada "Racionalização da Agricultura" (1955, p. 22), previa uma gama de programas:

> [...] Programa de mecanização da lavoura, ampliação do uso de fertilizantes, generalização de técnicas de irrigação e conservação dos solos, introdução de métodos aperfeiçoados de seleção e defesa sanitária da produção animal e vegetal, além de programas de industrialização dos produtos agropecuários e racionalização do comércio de produtos do campo, através de redes de silos, armazéns e frigoríficos. O Plano procurava dar ênfase à interpendência entre certos setores industriais e agrícolas, procurando coordenar de forma objetiva programas como o de fabricação de fertilizantes e de equipamentos agrícolas, com as necessidades efetivas da agricultura.

A ideia de fixar metas claramente definidas tinham a intenção de concentrar esforços nos setores identificados como prioritários. Ficava-se evidente, no que a concentração de recursos e energia e em determinados setores não significa o abandono dos demais. O Plano Nacional de Desenvolvimento não era a única preocupação do Governo, que alcançou missões sociais, políticas e culturais que precisava na condução de um Estado moderno, para tanto foi preciso entender a situação em que se encontrava o país, de modo que se pudesse fazer um planejamento "não teórico" (KUBITSCHEK, 1955, p. 23), mas sim, um planejamento robusto e possível para uma economia do tamanho da brasileira.

4.1 SITUAÇÃO BRASILEIRA EM 1956

Na década de 1950, o desenvolvimento econômico passava por um intenso processo de urbanização, desse modo, o Plano de Metas tinha um diagnóstico dessa situação e previa uma transferência gradual de parcelas da população rural para os centros

urbanos, devido as atividades desenvolvidas na indústria e nos serviços. Em 1950, a população urbana já correspondia a 63,8 % da população brasileira (33,2 milhões de pessoas aproximadamente), mas a maior parte (50,6%) se ocupava em atividades agrícolas (IBGE, 2021). No entanto, essa migração deveria ser feita sem reduzir a produção de produtos agrícolas, pois sua demanda aumentaria com um acréscimo da renda da sociedade (KUBITSCHEK, 1956).

A questão da reforma agrária sempre foi um ponto político e econômico muito delicado, pois dadas as condições de colonização e distribuição de terras no país, as propriedades rurais eram concentradas, o que também implicava em concentração de poder. Manter a produção agrícola diante do processo de urbanização, portanto, tornava-se um desafio que estava muito claro para JK: "Como pode o setor agrícola da economia resolver esse problema, é assunto polêmico. Não há dúvida, porém que não o fará sem a mudança da estrutura econômica, técnica e jurídica da atividade rural: não há industrialização, sem um processo qualquer de reforma agrária." (KUBITSCHEK, 1956, p. 287)

Deve-se, porém, levar em consideração que a reforma agrária defendida por JK, não tinha o sentido único de parcelamento de terras, embora esteja intrinsecamente relacionada a uma melhor distribuição da terra, o governo sustentava que esse não era o único caminho para condições agrícolas que levassem à intensificação do processo de industrialização. Reconhecia-se que a agricultura brasileira, até então, vinha respondendo de maneira satisfatória ao ritmo industrializante da economia brasileira: primeiro, liberando mão-de-obra para os setores não agrícolas e; segundo, expandindo o suprimento de produtos agrários aos demais setores. Esse fluxo de mão de obra e de produtos, no entanto, era feito de forma aleatória e nas circunstâncias de fortes flutuações de preços, pressionando o sistema de transportes, serviços básicos, as indústrias de bens de capital e, consequentemente, o Balanço de Pagamentos.

Na visão do governo JK, a "reforma agrária" tratava-se, portanto, de uma resposta às crises em curso. Assim, a responsabilidade do Estado seria a de promover e fortalecer a transição e quebrar os gargalos que, inevitavelmente, eram criados na própria agricultura e em outros setores em decorrência dela. Assim, dentro do setor agrícola, o Plano de Metas identificava esses pontos de estrangulamento como sendo: os transportes; o suprimento de fertilizantes e inseticidas; os meios de trato mecânico da terra e; a

preparação da mão de obra qualificada (KUBITSCHEK, 1956). Propôs-se, assim, um Plano de Racionalização da Agricultura.

4.2 PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Diante do aumento da demanda interna, a indústria de produtos alimentares compunha o principal ramo dentro do setor de manufaturados, superandos a indústria têxtil. Diante disse, necessitava-se de um demasiado esforço dos produtores rurais, para que não ocorresse um colapso de suprimentos. Além disso, não se podia deixar de lado a questão das exportações agrícolas, que constituíam, basicamente, a única fonte de recursos para a sustentação do comércio com o exterior.

A meta proposta na agricultura pelo governo JK visava atender os dois principais setores: tanto exportação quanto o abastecimento interno. O chamado Plano de Racionalização da Agricultura, pautava se em fatores de natureza científica, técnica, industrial e comercial, e sintetizava programas específicos de aperfeiçoamento e modernização dos métodos de cultivo, mecanização, conservação e enriquecimento do solo, irrigação e drenagem, defesa sanitária, racionalização dos processos distributivos dos produtos rurais. (KUBITSCHEK, 1956)

Em aperfeiçoamento dos métodos de cultivo um obstáculo a ser vencido é a resistência por parte dos agricultores em aceitar as conquistas da ciência agronômica, com a introdução dos métodos que se fazem necessárias, tais como, a adubação, defesa contra a erosão, rotação de culturas, da mecanização ou irrigação, onde essas práticas acabam se tornando um desafio tendo em vista a preferência de intuitos imediatistas como a ampliação da área de trabalho e pela incorporação de terras virgens. Tendo em vista isso, o aperfeiçoamento dos processos agrícolas pauta se na “educação adequada do trabalhador rural e na melhoria dos conhecimentos técnicos de fazendeiros e capatazes” (KUBITSCHEK, 1956, p. 293). O estado deve agir convencendo os produtores ruais, demonstrando o uso do material e os seus benefícios na prática, além da formação de agrônomos, veterinários, químicos, botânicos, prontos tanto a pesquisa como domínio prático dos métodos.

Com a ampla disseminação de técnicas agrícolas racionais, baseadas no conhecimento científico do solo e na aplicação de conhecimentos agronômicos modernos, tornou se como meta do governo promover a produção de adubos e fertilizantes dentro do país, para a proteção do patrimônio rural e a restauração dos terrenos para plantio. O aumento da produtividade agrícola viria também da mecanização agrícola, que até então havia sido lenta no país. O governo visou a implantação de parques mecanizados para atender as necessidades agropecuárias, que contavam com absoluta dependência de importações, principalmente no que diz respeito a máquinas e suas ferramentas. Na ausência de capacidade de abastecimento do mercado, o governo optou pela importação em larga escala dessas máquinas e ferramentas agrícolas, para que as máquinas e ferramentas agrícolas pudessem ser aumentadas e utilizadas racionalmente nas tarefas agrícolas (KUBITSCHEK, 1956).

Além disso, o plano de racionalização da agricultura contou com programas de estímulos para a construção de campos de irrigação, pois a área irrigada representa uma pequena fração da superfície agrícola do Brasil, uma técnica até então desconhecida em várias regiões do país.

4.3 METAS PROPOSTAS E RESULTADOS

No desenvolvimento do seu programa, o governo deu prioridade às providências diretamente relacionadas com o aumento e a regularização dos suprimentos de produtos agropecuários. No plano de metas levando em consideração o setor de alimentação, foram propostas pelo governo seis metas, salvo a meta da produção de trigo, as demais metas focavam principalmente no fortalecimento da infraestrutura agrícola do país. Tais metas foram:

1) **Trigo** – contemplando diretamente a agricultura, a meta almejava uma produção de 1.500.000 t na safra do trigo de 1960. Tendo como resultado em 1960, no fim do período uma produção de 370.000 t, ficando assim muito distante do que fora proposto.
2) **Armazéns e silos** – a princípio a meta visava a rede com capacidade estática de 530.000 t, posteriormente essa meta foi revista ampliando para uma capacidade de 800.000 t, onde 330.000 t compreendiam a capacidade dos

armazéns e 470.000 t para os silos. No total foram alcançadas 569.233 t de capacidade estática, na qual 354.872 t em armazéns e 214.361 em silos. Além desses objetivos programados, iniciou-se a construção de novas redes sob a coordenação da SUDENE.

3) **Armazéns frigoríficos** – a meta propunha alcançar uma capacidade estática de 100.000 t, porém essa meta foi reavaliada diminuindo-se para a uma capacidade estática de 45.000 t. Mesmo contando com os estímulos do governo o resultado final ficou muito aquém daquilo que foi projetado, alcançando uma capacidade estática de 8.014 t no período.
4) **Matadouros industriais** – a meta inicial projetava a construção de matadores industriais com uma capacidade de abate diário de 3.550 bovinos e 1.300 suínos. A meta foi revista alterando se para uma capacidade de abates, de 2.750 bovinos e 1.100 suínos. No período foi alcançado cerca de 80% da meta revista, com uma capacidade de abates diários em 2.100 bovinos e 700 suínos.
5) **Mecanização da agricultura** – a meta tinha como objetivo a ampliação do número de tratores para 72.000 para uma área cultivada de aproximadamente 25 milhões de hectares. No ano de 1960 estimou se cerca de 77.362 tratores no Brasil, superando assim a meta proposta. O governo destinou aproximadamente 24 milhões de dólares à compra desse equipamento.
6) **Fertilizantes** – como meta um atendimento ao consumo em que: 40.000 t de nitrogênio, 120.000 t de anídrico fosfórico, 60.000 t de oxido de potássio e a produção de adubos químicos básicos. Os resultados obtidos foram: 40.200 t de nitrogênio, 102.000 t de anídrico fosfórico, 65.000 t de oxido de potássio; alcançando respectivamente, 100,5%, 95% e 108% da meta fixada.

No contexto inicial do programa alvo, o programa alimentar representava apenas 3,2% do investimento planejado. No entanto, não se pode dizer que esse pequeno percentual dificulte o desenvolvimento da agricultura brasileira. Vale destacar que a taxa de crescimento da produção agrícola brasileira no período 1955-1960 foi de 7,2% ao ano, em forte contraste com a taxa de crescimento de 3,3% dos cinco anos anteriores. (LAFER, 1970).

A agropecuária continuava a corresponder com a maior parte da produção da renda nacional, 28% (KUBITSCHECK, 1960). Nesse sentido, é possível entender a importância do setor para a economia brasileira e o quão prejudicial seria o seu

retardamento para a expansão da economia nacional. O governo reuniu esforços para atenuar os desequilíbrios no setor e pela melhora das condições se produção e escoamento dos produtos.

Além das metas de produção, o governo JK atuou na política de crédito aos produtores rurais, bem como desenvolveu pesquisas e trabalhos técnicos sob a liderança do Ministério da Agricultura de Secretarias da Agricultura dos estados, no que se refere a seleção de sementes, aperfeiçoamento dos rebanhos, incremento de produtividade dos solos e combate às pragas e enfermidades. Paralelamente, estimulou-se a mecanização da lavoura, o uso de fertilizantes, construção de silos e armazéns e matadouros frigoríficos. Um outro aspecto importante foi o grande avanço aos setores de transportes e armazenagem, que beneficiaram diretamente a distribuição e a regularidade de oferta de mercadorias (KUBITSCHECK, 1960).

Um ponto de destaque também além das metas estabelecidas, foi a Política Florestal, levantando uma bandeira de preocupação com a preservação e reflorestamento de extensas áreas. Diante disso, o governo tomou medidas como: Campanha de educação florestal, proteção florestal, fomento florestal, criação de reservas, parques e florestas nacionais, e pesquisas na área florestal. Quanto à educação, esta campanha se estendeu por diversos estados brasileiros promovendo-se palestras, debates e exibições cinematográficas (KUBITSCHECK, 1960).

Embora os investimentos na área agrícola não tenham sido o mais expressivo dentro do Plano de Metas, JK carregava uma preocupação com a sustentabilidade do setor, inclusive com a reforma agrária.

> A melhoria de vida no campo, o incremento substancial da produção de gêneros de subsistência e a consequente ampliação do mercado interno apresenta-se como condições vitais a continuidade do processo de desenvolvimento e mesmo à estabilidade da ordem social. O grau de maturidade já atingido pela economia brasileira não permite, por outro lado, que se persevere em dificultar a população rural o acesso a terra, e em não se assegurar à propriedade o sentido social de que deve imbuir-se (KUBITSCHECK, 1960, p. 98).

JK tinha a perspectiva de um novo mandato presidencial nas eleições de 1964, cujo foco do seu planejamento seria a modernização do campo, num novo “Plano de Metas” agora voltado para agricultura brasileira. Esse sonho foi interrompido pela ditadura militar que se instaurou no Brasil em 1964, com a cassação dos seus direitos políticos. Sua frustração foi registrada em seu diário quando cumpria exílio na sua

fazenda em MG: “De pensar que um dia eu estava planejando o futuro deste país, hoje estou planejando o projeto de um novo cocho para a fazenda”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar as principais conquistas do programa alvo no setor agropecuário, pois os principais pontos levantados pelo programa foram cruciais para a expansão desse setor no país. A forma como a visão desenvolvimentista foi colocada em prática mudou o rumo do Brasil, um projeto nacional com uma política de investimentos que visava superar o atraso dos processos do sistema produtivo para impulsionar o desenvolvimento econômico. O governo estava empenhado em desenvolver e implementar um plano de desenvolvimento para promover a industrialização de setores carentes, bem como novos serviços públicos para melhorar as condições de vida da população. Ao fortalecer e complementar diversos setores dos parques produtivos brasileiros, o Plano de Metas contribuiu para a diversificação da indústria brasileira, completando o ciclo de industrialização iniciado na década de 1930.

Em termos de agricultura, a proposta do governo JK visou atender a dois setores principais: exportação e abastecimento interno. As reformas agrícolas incluíram a melhoria dos métodos agrícolas, a disseminação de técnicas agrícolas sólidas e a aplicação do conhecimento baseado na ciência do solo e na agronomia moderna. Esses fatores contribuíram para a transformação desse setor do país, tornando o país hoje um dos maiores produtores de bens do mundo, contribuindo significativamente para o PIB nacional.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA; R.P. **A experiência brasileira em planejamento econômico:** Uma síntese histórica. 2004.

AREND, Silvio Cezar. Os anos dourados de JK. **Redes (St. Cruz do Sul Online)**, v. 2, n. 1, p. 149-162, 1997.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do velho ao novo desenvolvimentismo. In: OCAMPO, J. A.; ROSS, J. (Orgs.). **Handbook of Latin American Economic**s. Oxford: Oxford University Press, 2011

CARDOSO JR, José Celso Pereira Organizador. **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. IPEA. Texto para Discussão, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; SALOMÃO, Ivan Colangelo. O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, 2017.

FRANCA, Acson Gusmão. Estado e industrialização pesada no Brasil: uma discussão teórica sobre o Plano de Metas (1956–1961). **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 19-19, 2019.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André Arruda. **Economia brasileira contemporânea**. Elsevier, Brasil, 2011.

IANNI, Octávio. **Planejamento econômico no Brasil.** 5.ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 199

KUBITSCHEK, Juscelino. **Diretrizes Gerais do Plano de Desenvolvimento .** Brasil. Rio de Janeiro, 1955.

KUBITSCHEK, Juscelino. **Mensagem ao Congresso Nacional. Brasil. Rio de Janeiro**, 1956.

KUBITSCHEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília: cinquenta anos em cinco**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, v. 3, 2020.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M. A.; MARQUES, R. M. **Economia brasileira**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELO, Hildete Pereira de; Caputo, Ana Claudia; Moraes, Glória; ARAUJO, V. L. **O BNDE e a execução do. Plano de Metas**: 1956/60. Campinas: ABPHE, 2009.

MELO, Valdir. Planos nacionais de desenvolvimento: experiência brasileira e lições para o futuro In. CARDOSO JR, José Celso Pereira (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília : Ipea, 2011.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. In. CARDOSO JR, José Celso Pereira (Org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília : Ipea, 2011.